



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Novo Hamburgo, 04 de agosto de 2015.

Para: Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Assunto: Projeto de Lei nº 57/2015

Senhor presidente:

Nos termos do Regimento Interno desta casa, resolução nº8/2009 viemos respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** a decisão desta Comissão, que concluiu não ser possível a regular tramitação e apreciação do Projeto de Lei em tela sob alegação de vício de origem.

Da Tempestividade e do Cabimento:

A presente notificação foi entregue no dia 21 de julho de 2015, tendo como prazo de impugnação dez dias úteis a contar de seu recebimento, desta forma a presente impugnação é tempestiva.

O art. 56 § 1º da resolução nº 8/2009, determina que nos casos em que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação entender que haja impedimento constitucional, regimental ou legal, o recurso cabível é a impugnação.

I. DAS RAZÕES RECURSAIS:

O Projeto de Lei apresentado obriga os restaurantes e similares, que servem refeições, a constar em seus cardápios porções reduzidas em no mínimo 30% (trinta por cento), para as pessoas que realizaram cirurgia bariátrica.

As pessoas que se submeteram a cirurgia de redução de estômago reclamam de prejuízos, porque pagam pelo alimento que não consomem. O operado não come a totalidade da porção. Desta feita, não é justo que ele pague o preço total.

Segundo o médico especialista em gastroenterologia Hercio Cunha, o paciente

Contribua com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Lei Municipal Nº 1.180/2004, de 13 de outubro de 2004)

Doe sangue, doe órgãos, SALVE UMA VIDA. (Lei Municipal Nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

Doe Medula Óssea, Sangue do Cordão Umbilical e Placentário - PRÓ-MEDULA (Lei Municipal Nº 2.310/2011, de 08 de agosto de 2011)



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

que passa pelo processo cirúrgico reduz a capacidade de ingestão. "A medida é cabível, porque muitos sem alternativa escolhem as opções que mais agradam e sobra alimento no prato. Como a situação é constrangedora, para não descartar a comida, outra pessoa acaba comendo. Um dos reflexos imediatos é provocar o aumento de peso do acompanhante", explica.

Outro fator importante é que os restaurantes vão combater o desperdício de alimentos e, ao mesmo tempo, aumentar a clientela que passou por esse tipo de cirurgia.

Para a Presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Operado Bariátrico (Gabsul), o projeto é importante para incentivar que o operado não recupere o peso. Do total de pacientes, 60% voltam a engordar e recuperar o peso anterior até cinco anos após a cirurgia. A rotina do dia a dia leva a pessoa a comer fora. Em um bufê livre, as pessoas acabam comendo mais do que deveriam. Se o cliente souber que está pagando menos, será incentivado a consumir uma porção menor. Do contrário, a pessoa pensa "se já estou pagando, vou comer mais" - argumenta.

Em Campinas, onde o presente projeto já é Lei Municipal, os estabelecimentos acabaram ganhando mais clientes e aumentaram o seu lucro, e a expectativa é de que em Novo Hamburgo ocorrerá o mesmo. Já tem muita gente que vai aos restaurantes e come pouco, mas o desconto poder incentivar os operados a irem com suas famílias.

Mister ressaltar que até o fim do ano de 2014, foram realizadas 88 (oitenta e oito) mil cirurgias bariátricas, tendo um aumento de 10% (dez por cento), em relação ao ano de 2013.

Importante ainda frisar, que o presente projeto não serve apenas para aquelas pessoas que realizaram cirurgia bariátrica, mas também para todo aquele que tem interesse em comer menos e não desperdiçar alimento, como é o caso das pessoas que estão de dieta.

Devo destacar, que o presente projeto foi amplamente discutido com o sindicato dos restaurantes e é fruto de um trabalho conjunto com esta entidade.

II. DO DIREITO:

Em casos análogos, as Câmaras Municipais e as Prefeituras da cidade de Porto Alegre/RS e de Campinas/SP, reconheceram, não somente a constitucionalidade do projeto, bem como a relevância e os benefícios que trariam para a comunidade:

"Prefeitura Municipal de Porto Alegre LEI Nº 11.746, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014. Obriga os bares, os restaurantes e os estabelecimentos similares a conceder desconto especial ou a oferecer prato especial de porção reduzida às pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica ou outra gastroplastia para redução do estômago. O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE Faça saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ficamos bares, os restaurantes e os estabelecimentos similares obrigados a conceder desconto especial ou a oferecer prato especial de porção reduzida às

Contribua com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Lei Municipal Nº 1.180/2004, de 13 de outubro de 2004)

Doe sangue, doe órgãos, SALVE UMA VIDA. (Lei Municipal Nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

Doe Medula Óssea, Sangue do Cordão Umbilical e Placentário - PRÓ-MEDULA (Lei Municipal Nº 2.310/2011, de 08 de agosto de 2011)



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica ou outra gastroplastia para redução do estômago. Parágrafo único. O desconto referido no caput deste artigo não se aplica a refeições por peso, meias-porções, lanches ou bebidas. Art. 2º Para se beneficiar como disposto no art. 1º desta Lei, o interessado deverá comprovar sua condição por meio de laudo ou declaração de médico responsável inscrito no Conselho Regional de Medicina e de documento com foto. Art. 3º Ficamos estabelecimentos referidos no caput do art. 1º desta Lei obrigados a fixar, em local visível ao público, cartaz ou placa informando acerca do benefício estabelecido nesta Lei. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, 19 de dezembro de 2014. José Fortunati, Prefeito. Humberto Ciulla Goulart, Secretário Municipal da Produção Indústria e Comércio. Registre-se e publique-se. Urbano Schmitt, Secretário Municipal de Gestão

“LEI Nº 14.524 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS RESTAURANTES E SIMILARES EM CONCEDER DESCONTOS E/OU MEIA PORÇÃO PARA AS PESSOAS QUE REALIZARAM CIRURGIA BARIÁTRICA OU QUALQUER OUTRA GASTROPLASTIA NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º- Ficam os restaurantes e similares que servem refeições a “la carte” e/ou “porções” obrigados a oferecerem desconto de 50% (cinquenta por cento) no preço das mesmas e/ou servirem meia porção para as pessoas que tenham o estômago reduzido através de cirurgia bariátrica ou qualquer outra gastroplastia. Art. 2º- Ficam os restaurantes e similares que servem refeições a “rodízio” obrigados a concederem desconto de 50% (cinquenta por cento) no preço das mesmas para as pessoas que tenham o estômago reduzido através de cirurgia bariátrica ou qualquer outra gastroplastia. Art. 3º - Excetua-se do disposto nesta Lei o consumo de sucos e bebidas. Art. 4º - Para ter direito ao benefício de que trata a presente Lei, o interessado deverá comprovar sua condição através da apresentação de laudo médico ou declaração de médico responsável devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina. Art. 5º - Os restaurantes e similares ficam obrigados a fixar cartaz ou placa com ampla divulgação dos direitos estabelecidos nesta Lei nos seguintes dizeres: *Lei Municipal nº 14.524/12 “ESTE ESTABELECIMENTO CONCEDE DESCONTOS E/OU MEIA PORÇÃO PARA AS PESSOAS QUE REALIZARAM CIRURGIA BARIÁTRICA OU QUALQUER OUTRA GASTROPLASTIA”* Art. 6º - A inobservância no disposto nesta Lei caberá ao infrator às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60. Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber. Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.” Campinas, 05 de

Contribua com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Lei Municipal Nº 1.180/2004, de 13 de outubro de 2004)

Doe sangue, doe órgãos, SALVE UMA VIDA. (Lei Municipal Nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

Doe Medula Óssea, Sangue do Cordão Umbilical e Placentário - PRÓ-MEDULA (Lei Municipal Nº 2.310/2011, de 08 de agosto de 2011)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Anexamos à presente defesa o parecer nº 335/2013 da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, para sanar qualquer dúvida quanto ao vício alegado no parecer de inconstitucionalidade.

Conforme alegado no parecer do Procurador-Geral da Casa, a presente proposição possui vício material, ora, a própria palavra Vereador vem do verbo verear, que significa a pessoa que vereia, ou seja, aquele que tem incumbência de zelar pelo bem-estar e sossego dos seus munícipes, o que justamente se procura fazer com a apresentação do presente Projeto de Lei.

Conclusão:

Diante do exposto, este Vereador requer a **IMPUGNAÇÃO** do presente parecer, solicitando ainda que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reconsidere sua análise encaminhando o PL 57/2015 para a regular tramitação nesta casa.

Atenciosamente,


Raul Cassel
Vereador

Ao

Ilmo. Sr, Vereador

Ênio Brizola

Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.